

---

## AS REFORMAS NEOLIBERAIS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO DAS ESCALAS ESPACIAIS

**Deborah Werner**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)  
deborahwerner@ippur.ufrj.br

Recibido: 2 de enero de 2019; Devuelto para revisión: 15 de enero de 2019; Aceptado: 20 de febrero de 2019

---

### **As reformas neoliberais do setor elétrico brasileiro à luz do referencial teórico das escalas espaciais (Resumo)**

Desde os anos noventa o setor elétrico brasileiro passa por transformações no âmbito do processo de neoliberalização, com destaque para as mudanças no marco regulatório setorial e privatizações, que acarretam crescente desnacionalização. Através de pesquisa bibliográfica e documental, apresenta-se o referencial teórico das escalas espaciais enquanto categoria explicativa pertinente para se compreender os determinantes do planejamento, regulação e expansão do setor elétrico brasileiro, com ênfase na instalação de grandes projetos hidrelétricos e à luz do capitalismo contemporâneo. A análise setorial sob o referencial das escalas espaciais evidencia que sua trajetória, desde o início do processo de eletrificação, ainda em fins do século XIX, considerando a consolidação do setor produtivo estatal de energia elétrica (1930-1980) e as transformações oriundas da neoliberalização (1990-2018), resulta de uma dinâmica que mobiliza e tensiona múltiplas escalas, revelando seus reescalamentos conflituosos e dinâmicos, que irão expressar os interesses e as disputas que permeiam as decisões setoriais.

**Palavras-chave:** escalas espaciais, setor elétrico brasileiro, narrativas escalares, neoliberalização.

---

### **The neoliberal reforms of the Brazilian electric sector under the theoretical reference of the spatial scales (Abstract)**

Since the 1990s, the electricity sector has been transformed under the neoliberalization process, highlighting on regulatory reforms and privatizations, that results to increasing denationalization. From documental and bibliography research, this paper aims to evoke the reflexion concerning to the contributions from the theoretical approach on spatial scales as relevant explanatory category to understand the determinants of planning, regulation and expansion of brazilian electric sector, highlighting the dams under the contemporary capitalism. Analyzing the electric sector dinamyc under the theoretical lens of spatial scales, it is verified that its trajectory, from the begining of the eletrification in the nineteen century, including the consolidation of public sector of eletricity (1930-1980) and the neoliberalization process (1990-2018), results from a process that mobilize and pressure multiple scales, revealing its conflictual and dynamic reschedulings, that will express interests ans struggles that permeate the decisions into brazilian electric sector.

**Keywords:** spatial scales, brazilian electric sector, neoliberalization

---

Desde a década de 1990, o setor elétrico brasileiro tem sido objeto de sucessivas alterações normativas e institucionais com a finalidade de adequá-lo à lógica de mercado, com destaque para as mudanças no marco regulatório setorial e as privatizações, que têm levado à crescente atuação de capitais privados nacionais e internacionais nas áreas de distribuição e geração de energia elétrica. A venda de empresas estatais nos anos noventa se restringiu majoritariamente às empresas estaduais de distribuição, em decorrência dos conflitos provocados pela proposta de vendas das estatais de geração. A proposta de privatização, no entanto, só seria arrefecida por completo com a exclusão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização (PND), implementado em 1990. Tal exclusão foi realizada pelo artigo 31 da lei 10.848, de 2004, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A partir do marco regulatório de 2004, conformado pelas leis 10.847, que cria a Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), e a lei 10.848, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e altera os marcos legais da reforma setorial da década de 1990, a expansão setorial e a diversificação da matriz energética brasileira passam a ser objetos de políticas públicas implementadas pela União. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, ao lado da implementação da Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP) na administração pública (lei 11.079, de 2004), permitiram a consolidação de PPP entre estatais e empresas privadas, para o que se constituíram as sociedades de propósito específico (SPEs), cuja finalidade foi ampliar a capacidade instalada e os investimentos em fontes alternativas de energia elétrica, com ênfase nas usinas hidrelétricas e eólicas.

Em 2016, novas alterações regulatórias buscaram retomar as privatizações de projetos hidrelétricos, assim como foi proposta pelo governo central a privatização da empresa estatal Eletrobrás, por meio da Medida Provisória 814, de 2017. Em nível estadual tem sido promovida por parte dos governos a venda de ativos de empresas públicas sob a justificativa da necessidade de ajuste fiscal por parte dos governos subnacionais, o que se expressa na venda de usinas hidrelétricas.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o presente artigo busca suscitar a reflexão acerca das contribuições do referencial teórico das escalas espaciais para se compreender os determinantes do planejamento, regulação e expansão do setor elétrico brasileiro, com ênfase na instalação de grandes projetos hidrelétricos. Por meio do referencial das escalas espaciais, evidenciam-se os distintos agentes e respectivas ações em múltiplas escalas: a escala da regulação, da dinâmica do capital e das propostas contra-hegemônicas. Tais escalas não são fixas ou pré-definidas, mas se alteram de acordo com os interesses, os conflitos e as disputas que envolvem a dinâmica setorial.

A primeira seção apresenta o referencial teórico das escalas espaciais. Ainda em nível abstrato, intenta trazer elementos que subsidie a compreensão da análise do caso concreto elucidado pelo setor elétrico brasileiro, de maneira a evidenciar o re-

ferencial das escalas enquanto categoria explicativa pertinente para se compreender as reformulações nas relações entre Estado, sociedade e mercado, no capitalismo contemporâneo, que se expressam no setor elétrico brasileiro.

A análise setorial sob o referencial das escalas espaciais, objeto da segunda seção, evidencia que sua trajetória, desde o início do processo de eletrificação, ainda em fins do século XIX, considerando a consolidação do setor produtivo estatal de energia elétrica (1930-1980) e as transformações oriundas da neoliberalização (1990-2018), resulta de uma dinâmica que mobiliza e tensiona múltiplas escalas, revelando seus reescalamentos conflituosos e dinâmicos, que irão expressar os interesses e as disputas que permeiam as decisões setoriais em articulação com o padrão de acumulação e a dinâmica do capitalismo global.

A terceira seção analisa o modo como as narrativas escalares foram acionadas ao longo desta trajetória, de modo a revelar a forma como sujeitos hegemônicos e contra-hegemônicos recorrem às escalas espaciais como forma de legitimar e forjar interesses e conflitos, o que evidencia o caráter político das escalas.

A última seção é guardada às considerações finais.

## **As escalas espaciais enquanto categoria analítica e política**

A noção de escalas espaciais suscita um amplo debate na geografia econômica crítica, a partir da década de 1980, de viés marxista, como categoria de análise pertinente para se compreender os territórios enquanto processo constituído de maneira relacional, a partir das relações de poder que derivam das relações de produção e da divisão social do trabalho. Por meio desta noção, é possível encontrar as múltiplas escalas e dimensões dos determinantes que irão conformar a estrutura e a superestrutura no âmbito da produção capitalista do espaço.

As escalas espaciais podem ser compreendidas como a) nível analítico, que permite delimitar o espaço e o nível de análise; b) arena de forças sociais e políticas que se expressam na escala delimitada, ou arena de concertação de interesses; e c) discurso ou narrativas escalares, que tratam dos diálogos forjados e formulados naquele território. As narrativas escalares seriam a forma como o território fala pelas forças que o dominam e o disputam<sup>1</sup>.

A longa tradição nos estudos sobre escalas espaciais na literatura crítica das Ciências Sociais busca fazer uma distinção de caráter didático entre i) escala enquanto categoria analítica, recurso epistemológico e heurístico, prisma e campo de observação; e ii) escala enquanto categoria da prática, plano discursivo e narrativa, campo e instrumento de projetos e estratégias de desenvolvimento que se encontram em disputa<sup>2</sup>.

Como “categoria e unidade de análise”, a investigação teórica e empírica da escala a revela enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geográfica-

---

1 Brandão, 2017 a.

2 Brandão, 2015.

mente determinadas, de maneira a assumir seu caráter eminentemente relacional, contestável, processual e contingente. Trata-se do *locus* através do qual as relações socioespaciais se estruturam e operam. Portanto, a escala espacial não é naturalmente determinada, mas socialmente produzida, e se configura no recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território.

Enquanto “categoria da prática”, por sua vez,

“a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo-prisma ou campo de luta social pelo controle de determinado espaço. Como modo particular de acumular, organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos), a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias, em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando acionar instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo esse ângulo-prisma. Ou seja, a escala espacial é também arena política e *locus* do exercício de poder e hegemonia, que permite desvendar e antepor poderes diversos. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. É preciso tomar a escala como representação, em que atores e sujeitos politicamente constituídos buscam dar determinado sentido simbólico e material às suas ações e decisões”<sup>3</sup>.

Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados proporciona um melhor diagnóstico e possibilita coalizões de poder e decisões estratégicas acerca de como enfrentá-los. O desafio, simultaneamente científico e político, consiste, portanto, em definir o que e com que ferramentas cada escala pode revelar, mobilizar, desafiar, acionar, comandar e controlar. Para tanto, requer-se um debate mais profundo sobre as escalas, que busque diálogo com a teorização sobre as decisões e poder de mando dos processos que se examina, capaz de pensar a dinâmica dos atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações, hierarquias de poder, ações e cadeias de reações das decisões adotadas por diversos sujeitos sociais que operam em diversas escalas espaciais. Trata-se de um processo dinâmico de construção social em constante transformação conforme as relações de poder e suas tensões no território: a análise escalar revela os interesses e as identidades que conformam e produzem o território<sup>4</sup>.

O debate das escalas espaciais tem o mérito de contribuir para manter uma perspectiva global nas análises a respeito dos novos arranjos espaciais, dos novos padrões de organização e vinculação dos atores econômicos, bem como das transformações do papel do Estado na dinâmica capitalista, o que permite re-conectar as dinâmicas globais aos processos localizados e regionalizados<sup>5</sup>. A escala é, portanto, um objeto e um meio para as lutas político-econômicas e deve ser compreendida não como uma porção do espaço horizontal definido antecipadamente, mas como o resultado dos processos sociais. Por esse aspecto, não devem ser concebidas como uma reificação de um estrato ou nível, já que as mesmas se enredam, se mesclam

3 *Ibidem*, p. 8.

4 Brandão, 2010; Brandão, 2017 a.

5 Fernández e Brandão, 2017.

e hibridizam e tem sentido somente quando estão relacionadas a outra. Portanto, sua operação não está limitada por escalas particulares nem tampouco são fixas a diferentes escalas e níveis, devendo ser compreendidas em termos relacionais dinâmicos, uma vez que os processos sócio-regulatórios funcionam através das escalas e refazem continuamente suas relações escalares.

Quanto à localização das funções político-econômicas específicas, trata-se de um processo histórico e geograficamente incerto, resultado de lutas político-econômicas em curso<sup>6</sup>. Da mesma forma, a localização da escala real (geográfica) do processo regulatório não é natural nem inevitável, mas reflete as transformações e resulta de conflitos e compromissos políticos passados. Como consequência, o processo de reescalonamento não deve ser entendido em termos quantitativos, mas deve ser assumido qualitativamente, como recombinação, reorganização e reconstituição de funções e de relações escalares.

Assume-se, pois as escalas enquanto categoria relacional, processual e mediadora da ação de sujeitos no território. A despeito de teorias e formulações que evocam a escala global ou a local para explicar os processos sócio-espaciais, outras escalas são mutuamente envolvidas em tais processos, o que faz com que os mesmos sejam inseridos em uma articulação de escalas aninhadas<sup>7</sup>.

As “narrativas escalares”, por sua vez, proporcionam metáforas para a construção de discursos explanatórios, de modo que a escolha de uma escala em detrimento de outra revela as posições políticas e ideológicas dos atores. Cada escala evocada contribui de alguma maneira para a explicação dos processos, para compreender que seus efeitos são sentidos de diferentes maneiras em diferentes níveis. Swyngedouw afirma que

“Scale, both in its metaphorical use and material construction, is highly fluid and dynamic, and both processes and effects can easily move from scale to scale and affect different people in different ways, depending on the scale at which process operates”<sup>8</sup>.

Vainer ao tratar das “narrativas escalares”, concorda sobre o caráter intencional, político e ideológico das escalas, em contraposição ao seu caráter neutro. As relações estreitas entre tais narrativas e as estratégias e propostas de intervenção e ação que privilegiam determinada escala estão por trás ou à frente de toda proposta de intervenção e ação política de modo a estar presente, subjacente ou não, explícita ou não, uma concepção escalar do mundo social, isto é, das formas predominantes de produção e reprodução de relações<sup>9</sup>.

Apesar das bases históricas e materiais, das generalidades e das dinâmicas que estruturam os processos e suas escalas, as mesmas devem ser entendidas como processos necessariamente contraditórios, conflituosos, determinados ou condicionados igualmente por embates em torno de sua legitimação e imposição das escalas

6 Peck, 2002.

7 Swyngedouw, 1997.

8 *Ibidem*, p. 140.

9 Vainer, 2006.

dominantes. Nesse sentido, não são apenas socialmente construídas ou engendradas, mas estão permanentemente em questão, pois as escalas são “campo e objeto de disputas e confrontos entre diferentes agentes que propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem – seja para conservar seja para transformar o mundo e as escalas que o organizam”<sup>10</sup>. Essa multiplicidade de níveis escalares e perspectivas faz com que a escala não seja ontologicamente dada e definida *a priori* no território geográfico, nem que haja uma estratégia discursiva politicamente neutra na construção das narrativas escalares.

As diferentes narrativas de escala indicam diferentes momentos causais e evidenciam diferentes geometrias de poder para explicar tais eventos, de modo que as escalas incorporam e expressam relações de poder e devem ser entendidas como algo a ser produzido, sob um processo profundamente heterogêneo, conflituoso e contestado. Tem-se que os processos sócio-espaciais mudam o papel e a importância de certas escalas geográficas, reafirma a importância de outras e muitas vezes criam internamente novas escalas, em um processo contínuo de reestruturação das mesmas.

As configurações espaciais devem ser entendidas em seu duplo aspecto: pela “escala das redes”, que se refere aos arranjos estruturados por redes e fluxos das atividades econômicas; e pela “escala das regulações”, referente à ordem regulatória, aos arranjos geográficos institucionais. Sob a dinâmica da acumulação de capital, a produção do espaço através da re-elaboração perpétua das redes e fluxos de circulação descarta as configurações espaciais e as escalas de governança existentes, ao mesmo tempo em que se produzem novas formas e configurações escalares, num contínuo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, próprio do processo de desenvolvimento capitalista<sup>11</sup>.

Por esse aspecto, a prioridade política e teórica não reside em uma escala geográfica particular, mas nos processos através dos quais as escalas são (re)constituídas, pois em última instância, as redefinições escalares alteram e expressam mudanças nas geometrias de poder, ocasionando o fortalecimento de uns e o enfraquecimento de outros atores sociais. Como consequência, as escalas são móveis, estão em constante redefinição, são contestadas e reestruturadas em termos de sua extensão, conteúdo, importância relativa e inter-relação.

A observação das transformações na vida política e econômica desde uma perspectiva escalar permite um marco analítico espacialmente sensível na identificação das formas de dominação política e as emergentes geometrias de poder que o acompanha. Por todo o século XX, o Estado Nacional se converteu na expressão emblemática da forma política de organização territorial. No entanto, durante os últimos anos, o ordenamento da economia tem se tornado simultaneamente mais localizado ou mais regionalizado por um lado, e mais transnacionalizado, por outro, levando a uma transformação escalar nas redes de organização econômica e na redefinição

---

10 Vainer, 2006, p. 17.

11 Swyngedouw, 2004.

das escalas e do papel do Estado<sup>12</sup>, o que se explicitará a partir da análise do setor elétrico brasileiro.

Tais transformações são caracterizadas por um movimento paralelo e simultâneo da menor para a maior escala, do local ao global, e vice-versa, a que Swyngedouw denomina de glocalização. Esse processo envolve dois aspectos: i) a reestruturação em disputa do nível institucional da escala nacional, tanto em sentido ascendente para as escalas supranacionais e globais como em sentido descendente para as escalas do indivíduo ou das configurações locais, urbanas e regionais; ii) as estratégias de localização global de agentes chaves do capital industrial, de serviços e financeiros. As forças da globalização e as demandas da competitividade global demonstram serem veículos poderosos para fazer com que cidades, regiões e Estados nacionais se adequem e promovam reestruturações escalares glocalizadas<sup>13</sup>.

O que tem sido tratado como pós-fordismo, termo genérico e atribuído a tudo, segundo Swyngedouw, é uma série de processos altamente disputados e profundamente contraditórios de lutas de poder, que em geral giram em torno da escala, do controle sobre as escalas particulares, do conteúdo das existentes, da construção de novas, da articulação das existentes, e no reescalonamento territorial de uma série de práticas reguladoras. Os códigos, as normas e as instituições reguladoras mudam de uma escala para outra, e tal reescalonamento é constantemente disputado, cujo resultado varia consideravelmente de escala para escala. A natureza, a substância e a configuração das escalas novas e sua “anidación” revelam as posições de poder relativas e cambiantes dos grupos e das classes sociais envolvidas.

A relevância atribuída às escalas na contemporaneidade decorre das transformações derivadas do processo de globalização, que coloca em questão o acordo escalar de base nacional estabelecido no pós-guerra. Apesar das escalas serem constituídas relacionalmente e socialmente, o discurso do neoliberalismo privilegia as relações verticais e hierárquicas da inter-relação global-local. No arcabouço neoliberal, o global se apresenta como a escala dos imperativos econômicos; o nacional como a escala da facilitação/acomodação da desregulação e re-regulação de acordo com as pressões globais; e o local é a escala da adaptação a qual os sistemas de arranjos compatíveis com o mercado devem ser construídos como forma de maximizar seu potencial<sup>14</sup>.

Em um ambiente de competição entre as localidades, próprio do processo de neoliberalização, aquela que melhor se adaptar aos ditames da globalização será bem sucedida em seu processo de desenvolvimento, conforme seus adeptos. Os capitais humano, institucional e social devem ser organizados ou re-organizados de maneira tal que capturem os benefícios locais da dinâmica global. Em contraposição à economia política e à socioeconomia, que insistem em um olhar para a economia enquanto um processo instituído, politicamente mediado e socialmente arraigado,

---

12 *Ibidem*.

13 Swyngedouw, 1997; 2004.

14 Peck, 2002; Swyngedouw, 1997; 2004.

o discurso globalizante trata os processos econômicos e institucionais como desenraizados em termos históricos e escalares.

Em contraposição à ideia de redução do Estado no ambiente global competitivo, argumentado pelo discurso hegemônico, o que está em vigência é a reconstituição das estratégias de regulação, representando uma recomposição da forma histórica e geograficamente específica do Estado (de Bem-Estar Social), o que não significa o desmantelamento da escala nacional<sup>15</sup>. Trata-se de uma reorganização qualitativa das capacidades do Estado, o que envolve mudanças na forma estrutural e na orientação estratégica de diferentes escalas hierárquicas e níveis, culminando em uma reconstituição completa das relações entre Estado, mercado e formas de governar, ou estatalidade. Ocorre, portanto, a reestruturação e a reformulação para que a escala nacional se envolva em um processo mais ativo de gerenciamento e coordenação escalar nos níveis locais e internacionais. A reestruturação ou novas formas de regulação estão funcionando através e entre as escalas, o que implica uma reconstituição das relações escalares e a reterritorialização dos processos sociais.

Peck<sup>16</sup> sintetiza a concepção político-econômica de escalas: uma vez que a escala não está preconcebida ontologicamente e se constrói socialmente, a atenção analítica deve se focar em princípio nos processos sociais e, subsequentemente, nas formas incertas da reconstituição escalar, o que irá revelar que as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder.

As próximas seções relacionam as contribuições do debate das escalas espaciais à trajetória do setor elétrico brasileiro, de maneira a evidenciar que as alterações escalares da regulação e da própria dinâmica de acumulação revelam os determinantes estruturais e conjunturais da política e os conflitos que permeiam este setor. As mudanças nas geometrias de poder no âmbito do setor elétrico se expressam nas redefinições escalares no nível regulatório, na dinâmica de acumulação e nas narrativas escalares dos distintos agentes.

## **A dinâmica do setor elétrico à luz do referencial das escalas espaciais**

As atividades do setor elétrico no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e os anos trinta do século XX, estão relacionadas à ação da iniciativa privada para o fornecimento residencial, modernização de serviços urbanos e abastecimento de plantas industriais, período marcado pelo dinamismo da economia primário-exportadora, com destaque para o complexo cafeeiro no Sudeste e a economia da borracha na região Amazônica. Apesar do crescimento das redes de comunicação, transporte e energia, o território brasileiro apresentava “ilhas de infraestrutura” no contexto de arquipélago que conformava o espaço econômico brasileiro no período. Os investimentos não eram coordenados e não seguiam qualquer “racionalidade estratégica”, já que dependiam da rentabilidade privada, de disputas políticas e do poder

---

15 Peck, 2002.

16 Ibidem.



local. Consequentemente, o surgimento do setor elétrico brasileiro contou com empreendimentos isolados, caracterizados pela autonomia local tanto de fornecimento quanto de regulação e controle a cargo do poder dos municípios<sup>17</sup>.

Marca o período a presença do capital estrangeiro em setores estratégicos das economias latino-americanas, em uma fase do capitalismo em que os países centrais buscam espaços de acumulação para capitais sobreacumulados – fase imperialista – enquanto os países da periferia do sistema, especializados na exportação de produtos primários-exportadores, com pouca capacidade tecnológica e baixa capacidade de centralização e concentração de capital, promovem a concessão de setores estratégicos como energia elétrica, mineração, transportes e indústria às empresas estrangeiras<sup>18</sup>.

O impulso dado pelas empresas estrangeiras instaladas no país propiciou a aplicação de recursos financeiros e tecnológicos na geração, transporte e utilização da energia elétrica, com destaque para a ampla liberdade de atuação das mesmas devido à baixa participação do Estado na economia e da insuficiente legislação sobre o tema. Ainda que houvesse inúmeras empresas de pequeno porte no Brasil voltadas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o setor se tornou monopólio do capital estrangeiro através da atuação de duas empresas que definiram a estrutura de produção e distribuição da energia elétrica até a década de 1950: a *Brazilian Traction, Light and Power (LIGHT)*, empresa canadense que inicia sua atuação no Brasil em 1897; e a *American Foreign Power Company (AMFORP)*, empresa norte-americana, com projetos no Brasil a partir da década de 1920<sup>19</sup>.

Nos anos trinta, a predominância do capital estrangeiro no setor elétrico viria a ser considerada uma ameaça ao desempenho do projeto nacional-desenvolvimentista inaugurado a partir da ascensão de Getúlio Vargas (1930)<sup>20</sup>. Para o enfrentamento dessa questão, o Estado coloca em marcha o processo de institucionalização do setor elétrico em bases estatais, o mesmo ocorrendo em outros setores considerados estratégicos, como mineração, siderurgia e, posteriormente, petróleo<sup>21</sup>, revelando o acionamento da escala nacional enquanto escala regulatória adequada para o novo padrão de acumulação que se pretende ensejar: a industrialização. No setor elétrico, marca o período o estabelecimento do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), que incorporou o potencial energético dos cursos d'água ao patrimônio público, atribuindo à União a competência para legislar e outorgar concessões de serviços públicos de energia elétrica, antes a critério dos estados, municípios e Distrito Federal<sup>22</sup>. O aparato legal conferiu ao poder público instrumentos de controle e incentivo ao aproveitamento industrial da água, inclusive ao hidrelétrico, com vistas ao uso racional dos recursos hídricos. Entre as diversas inovações,

17 Brandão, 2007.

18 Hobsbawn, 2009; Ferreira et al., 2017

19 Cachapuz et al., 2006; Mielnik e Neves, 1988.

20 Bastos e Fonseca, 2012.

21 Draibe, 2004.

22 Gomes et al., 2002.

o Código estabelece que as concessões só poderiam ser atribuídas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil<sup>23</sup>.

O Código de Águas organizou o movimento automático de mercado que envolvia os dois grupos monopolistas, *Light* e *Amforp*, uma vez que o modo de acumulação no setor conduzia ao agigantamento do cartel que o dominava e colocava em risco a capacidade de acumulação do novo modo de acumulação, a industrialização. Com o Código de Águas busca-se romper com a estrutura da indústria de energia elétrica que propiciou enorme liberdade ao monopólio das empresas estrangeiras, provocando oposição das mesmas ao novo aparato legal e mesmo dificuldade de aplicação<sup>24</sup>. Uma vez que a intervenção do Estado Novo (1937-1945) voltou-se sobretudo à organização das atividades desenvolvidas pelas concessionárias particulares e seu enquadramento nas orientações estabelecidas pelo Código das Águas, ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945), o setor elétrico continuou marcado pelo predomínio do serviço público pelas empresas privadas estrangeiras, que respondiam por dois terços do suprimento de energia elétrica do país, de maneira a controlar o fornecimento dos mercados no Rio e em São Paulo, pela *Light*; e no interior dos estados e demais capitais, pela *Amforp*.

Em decorrência do processo de industrialização e urbanização em curso, nas décadas de 1940 e 1950 a produção de energia elétrica ocorre em descompasso com o crescimento do consumo, o que levou à crise de suprimento de energia. A razão estaria na estrutura de produção de energia hidrelétrica dos grupos estrangeiros, que se desenvolvia segundo a racionalidade da empresa privada, de modo a que novos investimentos só se justificassem na perspectiva de mercado compensador. Apesar da expansão do mercado, as empresas achavam insatisfatória a margem de autofinanciamento oferecida pelas tarifas de energia elétrica<sup>25</sup>. Apesar dos esforços para evitar a crise, ficava evidente a necessidade de medidas efetivas de planeja-

---

23 Cf. Cachapuz et al., 1988, com a implantação da ditadura de Vargas e da nova Constituição de 1937, que inaugura o Estado Novo (1937-1945) são estabelecidas novas funções ao poder público e intensificada a intervenção do Estado na economia. A Constituição de 1937 proibia explicitamente qualquer novo aproveitamento hidráulico por empresas estrangeiras, ao determinar que o aproveitamento das águas só poderia ser concedido a brasileiros e empresas constituídas por acionistas brasileiros, e não apenas organizadas no Brasil, como mencionava a Constituição de 1934.

24 Vieira, 2007; Lemos, 2007.

25 Mielnik e Neves, 1988; Buratini, 2004; Cachapuz et al, 2006; Silva, 2013.

mento, ao passo que suscitam crescente criação de empresas estaduais e federais de energia elétrica e, além de processos de expropriação de empresas estrangeiras<sup>26</sup>.

As iniciativas bens sucedidas de intervenção estatal legitimaram politicamente a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), em 1961, que compôs, ainda no segundo governo democrático de Vargas (1951-1954), o Plano Nacional de Eletrificação (PNE), a regulamentação do Imposto Único de Energia Elétrica (IUUE) e a criação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), a ser gerido pelo recém criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1952. Ainda que o PNE não tenha sido aprovado, as demais ações consolidam as bases financeiras e institucionais para a expansão setorial nas décadas seguintes, em bases estatais.

A organização do investimento público sob a forma da grande estatal, como ilustra o exemplo da Eletrobrás, com vultosos investimentos, ritmo e forma de expansão, implicou em um conjunto de decisões que alterou a divisão de áreas de inversão e o modo de articulação entre a empresa privada nacional, a estrangeira e a estatal. A constituição da empresa pública não significaria um obstáculo à iniciativa privada, mas um rearranjo de posições, uma vez que caberia ao Estado assumir a esfera da geração e da transmissão, sob a égide da política de nacionalização progressiva, e às empresas privadas nacionais e estrangeiras a esfera da distribuição, divisão de trabalho satisfatória à iniciativa privada. Em decorrência das novas atribuições do Estado no que tange aos investimentos no setor, a partir de grandes centrais elétricas e extensas redes de transmissão, a Eletrobrás seria o instrumento de ação prática requerida para atender às novas necessidades do processo de industrialização. Enquanto órgão de planejamento setorial, em escala nacional, a empresa se encarregou da definição de planos de expansão do sistema de energia elétrica do país, de modo que a partir de sua criação consolida-se o processo de intervenção direta do Estado no setor<sup>27</sup>.

---

26 Draibe, 2004; Cachapuz et al., 2006; Ferreira et al., 2017. Cf. Cachapuz et al., 2006, entre 1953 e 1963 ocorrem a criação em São Paulo das seguintes empresas: Usinas Elétricas de Paranapanema (Uselpa), Companhia Elétrica de Rio Pardo (Cherp), Centrais Elétricas Urubupungá (Celusa), Bandeirantes de Eletricidade S.A. (Belsa), Companhia de Melhoramentos do Paraibuna (Comepa). A Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), foi criada em 1966 e viria a incorporar todas as empresas criadas desde a década de 1950; no Espírito Santo ocorre a encampação da subsidiária da Amforp, na década de 1940 e criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), em 1953. No Rio Grande do Sul, ocorre a encampação, em 1959, de subsidiária da Amforp e no Paraná, a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), em 1954, e convênio com a Uselpa, em 1956; em Santa Catarina, ocorrem a criação da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, em 1951, e a criação das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), em 1955, que como holding, assume o controle acionário das demais empresas atuantes no estado. Nos demais estados, registram-se em Goiás, a Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg), em 1955; no Amapá a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), de 1956; as Centrais Elétricas Mato-Grossense (Cemat), de 1958; as Centrais Elétricas do Maranhão, de 1959; a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a Empresa Distribuidora de Energia de Sergipe S.A. (Energipe) e a Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal), de 1960; e a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (Cosern), de 1962.

27 Mielnik e Neves, 1988; Draibe, 2004.

A divisão de trabalho estabelecida na administração pública, por sua vez, estabeleceu que caberiam às empresas públicas estaduais já em curso os investimentos na construção de usinas e sistemas de transmissão; à esfera federal o apoio técnico e financeiro, além da iniciativa de grandes projetos. A intervenção maciça do Estado explicava-se pela necessidade de romper com o monopólio estabelecido na indústria energética brasileira; além do fato de que se tratava de um setor que requeria altos níveis de capital fixo e lento processo de maturação, o que não condizia com a lógica de rentabilidade dos investimentos privados.

A partir da ampliação da capacidade instalada organizada pela vertente institucional, com a construção de unidades de produção de energia hidrelétrica e fornecimento de instrumentos formais para controlar a decisão e as orientações fundamentais, no que se refere ao planejamento, financiamento e coordenação da estrutura de produção e distribuição de energia elétrica, novos espaços de atuação foram atribuídos à vertente privada, que se insere em segmentos estratégicos da estrutura de produção, tais como estudos e projetos, construção civil, equipamento elétrico pesado e montagem de equipamento, consolidando a lógica industrial na articulação desses segmentos.

Tais transformações levaram à crescente participação do Estado na capacidade instalada. A Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) criada em 1945 para atender a região Nordeste e Furnas, de 1957, para atender o Centro-Sul viriam a se tornar subsidiárias da Eletrobrás, assim como as posteriormente criadas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul, em 1968) e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte, em 1973).

Se em 1940, a participação dos agentes privados era de 88%, dos agentes públicos era de 4% e dos auto-produtores era de 8%, em 1980, o setor privado responderia por 1%, o setor público por 90% e os auto-produtores por 9%. Apesar da legislação setorial não prever a estatização do setor, na prática, a atuação das estatais acabou por levar a esse resultado<sup>28</sup>.

A partir de Juscelino Kubitschek (1955-1960), o capital estrangeiro torna-se a principal base de financiamento da industrialização brasileira ao passo que estabeleceu a conversão definitiva do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, com a implantação dos ramos automobilísticos, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, e a triplicação da capacidade da siderurgia. Para tanto, o Estado promoveu um vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenamento de silos, portos, além de viabilizar o avanço da fronteira agrícola. Cunhado como Plano de Metas, o programa expressa a política desenvolvimentista do período, responsável pela instalação recorde dos setores mais modernos e dinâmicos da indústria brasileira, controlados em grande parte pelo capital estrangeiro<sup>29</sup>.

---

28 Mielnik e Neves, 1988; Buratini, 2004.

29 Oliveira, 2008.

O auge da expansão estatal na geração de energia elétrica viria a ser alcançado durante a Ditadura Militar (1964-1985), com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974-1979). O processo expansionista da década de 1970, sob a égide II PND, atendeu à necessidade de que fossem adotadas, por parte do Estado, medidas que adaptassem o Brasil ao contexto energético mundial, derrocado pela crise do petróleo de 1973. O II PND estabeleceu uma política de industrialização adaptada à nova situação de escassez do combustível fóssil, considerando o patamar industrial alcançado, assim como a necessidade de reduzir a dependência do combustível importado e os déficits em balança comercial, para o que contribuíram a expansão das hidrelétricas, o Programa Nacional de Álcool (Pró-Álcool) e os investimentos em energia nuclear.<sup>30</sup>

Além disso, tal estratégia envolvia reforçar a competitividade do país em indústrias eletrointensivas, inclusive para exportação, pois o esforço industrializante no sentido de avançar na produção de bens de capital, atributo do II PND, foi combinado com a transferência de indústrias eletrointensivas para o país, que em um contexto de crise do petróleo, passavam por um processo de realocação de suas plantas produtivas em direção a países e regiões que ofertassem energia barata para a exploração mineral. Tal processo significou a instalação de grandes projetos de mineração na região Norte, a partir da concessão de subsídios por parte do governo no preço da energia elétrica para as empresas mineradoras. O processo revela que a crise sistêmica do capitalismo à partir da década de 1970 foi repercutida no setor elétrico brasileiro pela implementação do II PND, via apropriação de regiões periféricas para atender ao projeto nacional industrializante, com destaque para o território Amazônico e a exploração de recursos hídricos e minerais<sup>31</sup>. Portanto, a dinâmica setorial se estabelece sob forte vínculo entre a dinâmica externa e interna de acumulação, de maneira a expressar setorialmente a reestruturação do capitalismo mundial e do próprio capitalismo brasileiro, que, sob comando do Estado, buscava completar o processo de industrialização consolidando o setor de bens de capital e insumo básicos.

Concomitante ao processo de redemocratização (1985), a crise fiscal e financeira do Estado na década de 1980, legitimaram nos anos de 1990 profundas transformações na dinâmica setorial, em consonância com o processo de neoliberalização, o que alterará a concepção atribuída aos recursos hídricos e energéticos: de bens públicos no período nacional-desenvolvimentista, ao caráter de *commodity*, o mesmo se passando com os serviços públicos, período em que vigora o processo de privatização das estatais, inclusive do setor elétrico<sup>32</sup>. O período das grandes reformas de corte liberalizante promoveria a mercantilização da energia elétrica, rompendo com

30 Lessa, 1979; Carneiro, 1998.

31 Lessa, 1979; Vainer e Araújo, 1992; Lemos, 2007.

32 Tavares, 1999; Cano, 2000; Sauer, 2002; Amaral Filho, 2007.

o caráter de anti-mercadoria<sup>33</sup> atribuído ao insumo, segundo os princípios consagrados pelo Código de Águas, de 1934<sup>34</sup>.

As transformações setoriais e no próprio Estado brasileiro irão refletir os determinantes internacionais oriundos do processo de neoliberalização, sob a ideologia do Estado mínimo e regulador. Os marcos regulatórios e o processo de privatização se inserem nas reformas de Estado baseadas nas prerrogativas neoliberais do Consenso de Washington (1989), cujo receituário de reformas para os países periféricos, apregoava o saneamento das contas públicas e a implementação de mecanismos de regulação das atividades econômicas por parte do Estado, que deveria ter participação reduzida em tais atividades. A proposta de reestruturação do setor foi elaborada por consultores ingleses, contratados em 1995, com apoio do Banco Mundial e buscou mimetizar relações de mercado orientadas pelos preceitos liberais aplicados às teorias da organização industrial, refletindo a concepção do Consenso de Washington. O resultado foi o intenso processo de privatizações das empresas públicas em setores de infraestrutura e serviços, considerados estratégicos no período desenvolvimentista<sup>35</sup>. Por esse aspecto, verifica-se a adequação dos marcos regulatórios em prol da escala nacional, entendida como apropriada frente às transformações do capitalismo global.

O processo de privatização inicia-se no governo Collor (1990-1992) quando é estabelecido o Plano Nacional de Desestatização – PND (Lei 8.031/90). Esse plano promoveria o ajuste patrimonial do Estado, sob gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, criado no período desenvolvimentista para financiar o projeto de industrialização, inclusive o setor de infraestrutura. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, são incluídas no PND as empresas estatais de energia elétrica – Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul<sup>36</sup>. Com a aprovação das Leis nº 8.987, de 1995 e nº 9.074, de 1995, referentes ao regime de concessão e permissão de serviços públicos, consolidam-se as bases legais que permitiram ao governo conceder a terceiros a exploração de serviços públicos em geral, incluindo o setor de energia elétrica. O argumento utilizado para a privatização do setor elétrico foi a necessidade de transformar o setor monopolista num mercado em que vigorasse a concorrência. No entanto, o modelo se mostrou ineficaz, apesar de ter sido esse o argumento para legitimar as reformas, o que se evidenciou com o racionamento energético, em 2001: o “apagão”<sup>37</sup>. Logo, os resultados da privatização

---

33 Cf. Oliveira (1988), a anti-mercadoria representa um bem ou serviço que tem como finalidade financiar tanto a acumulação do capital quanto a reprodução da força de trabalho, por meio da ampliação do seu acesso aos serviços e bens públicos. Trata-se de um bem ou serviço que não tem como finalidade gerar lucros e sua produção não se dá pela geração de mais-valia.

34 Vieira, 2007.

35 Sauer, 2002.

36 Mello, 2001.

37 Cf. Tolmasquim (2000), a despeito das afirmativas que atribuíam culpabilidade à falta de chuvas, o episódio teve como causa a ausência de investimentos no setor, em virtude da estruturação em bases liberalizantes sobre as quais o setor privado não foi capaz de responder às necessidades de investimento para a manutenção da oferta adequada de energia para o país.

não levaram à expansão do setor elétrico nem à melhora no fornecimento dos serviços; ao contrário, testemunhou-se a elevação crescente das tarifas, a insuficiência dos investimentos privados e estrangeiros e a deterioração dos serviços de energia, evidenciando a ineficácia do modelo mercantil. O “apagão” expressou o fracasso do modelo estruturado em bases liberalizantes, sobre as quais o setor privado não foi capaz de responder às necessidades de investimento para a manutenção da oferta adequada de energia para o país<sup>38</sup>.

O primeiro mandato do Lula (2003-2007) teria entre suas principais metas reformular o modelo regulatório para o setor elétrico, o que culminaria nas leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 2004. O governo de oposição iria romper, entre outros aspectos, com o modelo baseado na proibição de investimentos de empresas públicas do setor e com a privatização das empresas de geração e distribuição. Estabeleceu-se como necessidade a retomada do planejamento estratégico integrado e o reordenamento das atribuições das instituições criadas<sup>39</sup>. Naquele momento, apenas a Eletrosul havia sido privatizada.

A escala nacional se tornaria novamente determinante para se compreender as dinâmicas e a estrutura setorial, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia; a atuação protagonista das empresas estatais que, retiradas do Programa Nacional de Desestatização, revelam-se cruciais sobretudo nos projetos considerados prioritários pelo Conselho Nacional de Planejamento Energético (CNPE)<sup>40</sup>; a implementação pelo governo federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; e o papel relevante do BNDES no processo de expansão setorial.

A reformulação, no entanto, não viria a conter o processo de privatização e desnacionalização atribuído ao setor elétrico, o que fica evidenciado pelo incentivo aos consórcios público-privados que contam com a participação de empresas públicas e privadas nacionais e estrangeiras, fundos de pensão de empresas públicas e aporte financeiro do BNDES, em um arranjo que torna o empreendimento um projeto privado, por meio da criação da sociedade de propósito específico (SPE). É sob essa configuração que ocorreu, nos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a expansão setorial.

Em consonância com o discurso de eficiência da ação dos agentes privados e em benefício dos interesses da financeirização, ao promover rendas por meio da mudança patrimonial, tornando os projetos transacionáveis no mercado financeiro, forja-se o caráter privado dos projetos, de modo que o Estado contribui com o marco regulatório apropriado, o saber técnico e jurídico depositado nas estatais e os recursos financeiros provenientes do banco público e fundos de pensão de empresas públicas, sem a possibilidade de deter o controle da SPE, conforme lei das Parcerias

---

38 Bielschowsky, 2002; Rosa, 2002; D’Araújo, 2009.

39 França, 2008.

40 O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo órgão responsável pelo assessoramento do Presidente da República para formulação de políticas e diretrizes de energia.

Público-Privadas (lei nº11.079, de 2004)<sup>41</sup>. O caso brasileiro exemplifica a reformulação do papel do Estado em favor dos mercados, seu papel regulador e mediador entre as escalas globais e locais – e não seu enxugamento – característica dos anos neoliberais. Em um contexto de crise sistêmica, essas relações sugerem o favorável ambiente proporcionado pelo Brasil aos capitais globais, por meio do processo de reescalonamento do Estado e alterações de seus marcos regulatórios, que permitem que os espaços subnacionais tenham suas dinâmicas determinadas pela escala internacional, aspectos verificados no setor elétrico brasileiro.

O processo de recodificação a que as instituições brasileiras estão submetidas, através de políticas de “reorganização dos espaços e territórios” promovidas pelo Estado e voltadas para a reestruturação dos mercados, viria a disciplinar a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo e abrem a possibilidade do uso intensivo e imediato dos recursos naturais em prol de políticas de crescimento econômico traduzidas por grandes obras como hidrelétricas, rodovias, portos e congêneres<sup>42</sup>. A reformulação da regulação sobre os recursos hídricos e energia elétrica ocorrida na década de 1990, que substituiu o Código de Águas por novos instrumentos legais, é seguida pela reforma do Código de Mineração, do Código Florestal, da Reforma Trabalhista, cujas propostas entram em conflito com os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e dos povos tradicionais em prol de grupos econômicos relacionados às *commodities* minerais e agrícolas.

No setor elétrico, as inovações financeiras e institucionais gestadas a partir do ideário neoliberal levaram à mercantilização da energia, pois a infraestrutura e o insumo energia elétrica passam de uma condição de suporte para a acumulação, enquanto capital social fixo à la Hirschman<sup>43</sup>, a espaço de valorização de capital. Nesse sentido, ativos de propriedade do Estado, como o monopólio na geração de energia elétrica, ou destinados ao uso compartilhado da população em geral, como os recursos hídricos, são destinados ao mercado para que sejam abertas atividades lucrativas para o capital sobreacumulado, conformando o que Harvey chama de acumulação por espoliação<sup>44</sup>.

A acumulação por espoliação permite liberar um conjunto de ativos a custo baixo e em alguns casos a custo zero para que o capital sobreacumulado, gerador de crises sistêmicas, possa daquele conjunto se apropriar e elevar suas taxas de lucro. O processo de privatização evidencia-se como uma das expressões da ortodoxia neoliberal e tem aberto amplos campos a serem apropriados pelo capital. Ao adotar o ideário neoliberal e a política de privatização a ele associada, o Estado brasileiro deu suporte ao processo de acumulação por espoliação, através das mudanças regulatórias e institucionais que alteraram as condições estruturais e conjunturais do setor elétrico brasileiro em consonância com a dinâmica de acumulação em escala global.

---

41 Tavares, 1978; Braga, 1985; Paulani, 2016; Werner, 2016.

42 Almeida, 2012.

43 Hirschman, 1958.

44 Harvey, 2004.



Para Brandão, o capitalismo periférico brasileiro elucida de “acumulação primitiva permanente”<sup>45</sup>, pela coexistência de acumulação de natureza primitiva com formas renovadas de acumulação por espoliação/desposseção, “baseadas na apropriabilidade privada extensiva e intensiva do território, na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional”<sup>46</sup>. O atraso estrutural que marca o desenvolvimento brasileiro e se expressa no território e nas relações sociais está fundado na expansão de uma plataforma territorial-econômica no Brasil, que conjuga alta e fácil valorização para capitais mercantis e financeirizados, de extensão continental, segregando classes destituídas de direitos e de propriedade e classes fundadas e arraigadas em formas mercantis, patrimonialistas, financeirizadas, usuárias e rentistas.

O setor elétrico brasileiro, ao longo de sua trajetória revela, nas alterações regulatórias e reorganizações escalares, os interesses, conflitos e disputas entre agentes dominantes: ao longo do período nacional-desenvolvimentista (1930-1980), apesar de distintas fases, consolida-se em bases estatais em prol do projeto de industrialização, para o que a escala nacional assume a dianteira dos processos regulatórios e das decisões de investimentos, em contraposição ao período anterior à década de 1930, em que a regulação cabia aos entes subnacionais, com ênfase nos municípios, assim como os investimentos obedeciam à dinâmica de acumulação de multinacionais estrangeiras. Ressalta-se, dois marcos, a década de 1950, com o Plano de Metas, em que busca-se consolidar a industrialização de bens de consumo duráveis e início dos setores de insumos básicos e bens de capital; e os anos de 1970, com o II PND, que responde às mudanças no padrão de acumulação em escala internacional, em resposta aos estrangulamentos da Crise do Petróleo (1973), ao passo que atendeu à consolidação da de bens de capital e insumos básicos no país, acionando a periferia nacional para fazer parte do projeto de industrialização.

Quando da reestruturação do setor elétrico nas décadas de 1990 e 2000, as reformas tiveram estreita relação com o processo de reconfiguração do capitalismo global, levando ao estabelecimento de novos códigos, regulamentações e, em decorrência do vínculo do setor elétrico brasileiro aos recursos hídricos, representou a abertura dos territórios para o processo de valorização de capital no âmbito do setor elétrico. As concessões e as SPEs revelam o interesse de empresas multinacionais pela geração de energia elétrica no Brasil, como a espanhola Iberdrola, a franco-belga Engie (antiga GDF-Suez), a portuguesa EDP, comprada pela China Three Gorges (CTG) e a americana Duke Energy, que no Brasil também foi adquirida pela CTG<sup>47</sup>. Tais reformas, ao permitirem a entrega de setores econômicos estratégicos ao desenvolvimento para o capital privado internacional - como a venda de empresas de distribuição de energia elétrica e a consolidação de sociedades de propósito específico na área de geração, a privatização da empresa de mineração Vale do Rio Doce

---

45 Brandão, 2010b.

46 Brandão, 2007, p. 41.

47 Werner, 2016.

e a abertura de capital da Petrobras, entre outros -, promoveu, em última instância, o controle de porções crescentes do território nacional e seus recursos a grupos econômicos estrangeiros<sup>48</sup>.

Outra relação que merece ser destaca é a crescente participação do setor de mineração nos investimentos em energia, a exemplo da Alcoa e da Vale, assim como de empresas de construção civil, o que explicita uma coalizão de interesses dos setores “mínero-metalúrgico-energético-empresiteiro” enquanto um consolidado bloco de poder no país<sup>49</sup>. Tal coalizão evidencia que a cada novo ciclo de crescimento econômico esses setores renovam suas bases de acumulação em torno do Estado, dos ativos estatais e da provisão de serviços públicos.

O que se verifica é que a reestruturação setorial sob a égide da neoliberalização permitiu que o setor elétrico brasileiro e o território nacional fossem inseridos nas cadeias globais de produção e valorização de capital, em que as grandes corporações vinculam um complexo conjunto de atores aos territórios, o que permite evidenciar o reescalonamento regulatório e do capital vinculado a esse processo ao submetê-los à coordenação e controle de redes que operam globalmente fluxos e processos: apesar de apresentarem operações geograficamente dispersas, funcionam integralmente<sup>50</sup>.

Após a mudança de governo em 2016, com o impedimento da Presidente eleita Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), o setor elétrico passou a ser novamente objeto de pressões de grupos políticos em prol da privatização setorial, o que se evidencia com a revogação por parte do governo federal, da proibição da privatização da Eletrobras, pela Medida Provisória 814/2017, que retira entraves da venda de suas distribuidoras e revoga o artigo 31 da Lei 10.848, de 2004, que excluía a estatal e suas controladas do Programa Nacional de Desestatização (PND). A MP 814 foi alvo de liminar para suspender a inclusão da Eletrobrás e suas subsidiárias no PND, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, em atendimento à Câmara dos Deputados e a Advocacia Geral da União. A privatização da Eletrobrás tem sido, desde então, pautada na Câmara dos Deputados no sentido de aprovarem o Projeto de Lei 9.463/18. Durante a posse do novo Presidente eleito Jair Bolsonaro e Ministros, foi reafirmada a intenção do governo eleito em dar continuidade à privatização da Eletrobrás<sup>51</sup>.

Por parte dos governos estaduais, testemunha-se a privatização de hidrelétricas já instaladas. As usinas hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira, da Companhia Energética de São Paulo (CESP), foram adquiridas pela China Three Gorges International (CTG), no leilão referente às concessões de energia existentes realizado em novembro de 2015, passando a ser a primeira empresa estrangeira a assumir sozinha a gestão de uma usina hidrelétrica no país. Já a UHE São Simão foi adquirida pela empresa SPIC Pacific Hydro, em setembro de 2017. A crescente participação de empresas chinesas

---

48 Vainer, 2007.

49 Acsehrad et al., 2013.

50 Fernández, 2017.

51 Richter, 2018; Ventura, 2019.

no setor elétrico brasileiro consolida a atuação do país como importante ator no cenário nacional de provisão de infraestrutura.

O Brasil, pós-2016, alinha-se aos anseios da agenda global, de exacerbada coerção concorrencial intercapitalista e interestados territoriais, com consequências para as relações capital-trabalho. Conforme Brandão<sup>52</sup>,

“Há, em processo, um extraordinário reordenamento hierárquico e hegemônico escalar-espacial no plano mundial de reprodução dos capitais e da força de trabalho. Há, ao mesmo tempo, excepcionais metamorfoses na escala nacional que tomam a forma de rodadas de re-regulação daquelas três mercadorias [terra, trabalho e dinheiro, conforme Polanyi, 1980] e de reorganização e reconstrução de novas coerências estruturadas de caráter econômico, político e social. Estão em curso mudanças intensas nos marcos da reprodução social-clas-sial, que tomam a forma de ciclos acelerados de experimentações regulatórias impulsionados pela crise [de 2008], com repercussões de natureza estrutural, desigualmente distribuídas, no sistema capitalista, em suas relações interescolares, com distintas “variações” temporais e espaciais “das” e “nas” diversas periferias do sistema”.

Pelos aspectos que articulam cada vez mais os territórios apropriados pela exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica aos circuitos globais de valorização de capital, assim como o caráter da escala enquanto *lócus* de análise apropriado para se revelar e compreender as distintas formas de poder que se manifestam, disputam e constroem o território é o que torna possível a análise dos determinantes de expansão do setor elétrico brasileiro sob o referencial teórico das escalas espaciais. Ao longo do histórico do setor elétrico brasileiro, verifica-se que enquanto ação de política pública de planejamento setorial, a escala privilegiada foi a nacional, o que não significa que seus processos e determinantes não sejam resultado das tensões que se expressam em múltiplas escalas, aspecto evidenciado pelas disputas e conflitos entre os sujeitos que disputam e produzem o espaço no âmbito do setor elétrico brasileiro.

Com processo de neoliberalização é crescente a relevância da escala internacional nas decisões setoriais, o que se revela pelas mudanças regulatórias e pelas privatizações, confirmando no âmbito do setor elétrico os efeitos da dinâmica de acumulação de capital sobre a produção dos espaços: um contínuo e tenso processo de destruição de configurações espaciais e governanças existentes e construção e re-elaboração de novas, em contínuo processo de territorialização, desterritorialização e re-territorialização, em consonância com a dinâmica de acumulação de capital.

A perspectiva escalar revela, portanto, o caráter progressivo do processo de acumulação de capital sobre os espaços, em que “busca se valorizar sem confinamentos regionais/espaciais. Generalizando suas relações, busca impor e tornar comum sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno”<sup>53</sup>. Nesse processo promove a territorialização, reterritorialização e desterritorialização dos espaços e

52 Brandão, 2017b, p. 47.

53 Brandão, 2007, p. 72.

uma gama de reconfigurações espaciais e institucionais no âmbito das relações sociedade-Estado-mercado, como ocorre no setor elétrico, de modo que a tendência homogênea que busca gerar entra em tensão com o padrão desigual e heterogêneo que seu desenvolvimento de fato produz<sup>54</sup>.

## As “narrativas escalares” do setor elétrico

A presente seção busca discutir o papel das narrativas escalares enunciadas enquanto forma de legitimar, revelar ou forjar as intenções daqueles que dominam e disputam o território, conforme tratado na abordagem teórica<sup>55</sup>. As narrativas escalares permitem identificar e vincular os sujeitos, os interesses, os conflitos e as intenções em cada escala tomada como *locus* de análise. No âmbito do setor elétrico, o local, o regional, o nacional e o internacional são evocados em diferentes momentos históricos, contextos políticos e de acordo com os sujeitos que os enunciam, conforme os propósitos e as intenções que buscam alcançar.

A consolidação do setor produtivo estatal de energia elétrica entre as décadas de 1930 e 1980, com o intuito de promover o processo de industrialização enquanto um projeto nacional, contou com argumentos que acionaram a escala nacional e o papel do Estado-nação enquanto ordenador da dinâmica setorial, em oposição à escala internacional. Os conflitos entre o governo de Getúlio Vargas (1934-1945) e as empresas estrangeiras, *Light* e *Amforp*, em torno do Código de Águas, o instrumento de concessão de serviços de energia elétrica, deram legitimidade para que o próprio Estado comandasse os investimentos a partir da consolidação de empresas estatais estaduais e federais e da ação planejadora e financeira setorial.

A efetivação da autoridade pública central sobre os recursos considerados estratégicos ou essenciais constituiu um dos mecanismos típicos de formação dos Estados Nacionais, de modo que o estado brasileiro não se configura uma exceção na formulação de códigos, leis, competências e direitos, em um movimento de demarcação da soberania estatal sobre o “seu” território. Ao logo do período desenvolvimentista (1930-1980), a formação do Estado *Nacional*, o fortalecimento da indústria *nacional*, a necessidade da integração *nacional* foram temas presentes no debate da sociedade brasileira<sup>56</sup>. A expansão do setor elétrico viria a se inserir nesse contexto.

A partir dos anos de 1970, a redução da dependência do petróleo em meio à crise, a consolidação do processo de industrialização com a constituição da indústria de bens de capital e insumos básicos, a diversificação da pauta exportadora em direção a produtos de maior valor agregado e o projeto de segurança nacional, viriam a forjar o discurso de “nação grande” e “Brasil-potência” promovido pelo governo federal sob o estigma do autoritarismo militar, o que evoca a centralidade da escala nacional na determinação das dinâmicas territoriais.

54 Massey, 1984; Smith, 1988; Harvey, 2006; Pinto, 1970.

55 Swyngedouw, 1997; Vainer, 2006; Brandão, 2015; 2017a.

56 Draibe, 2004.

O desenvolvimento capitalista no Brasil fortemente concentrado e desigual, no entanto, viria a se expressar na configuração do setor elétrico. A expansão do setor requereu acionar regiões cada vez mais distantes dos centros de consumo para produção de energia, o que gerou conflitos e expropriação de populações rurais de suas terras e trabalho, inviabilizou atividades agrícolas, promoveu remanejamentos populacionais, depredação de flora e promoveu migrações entre outras implicações que confrontaram o projeto nacional às dinâmicas regionais.

Os rebatimentos territoriais dos grandes projetos suscitariam conflitos e disputas em torno de distintos modos de apropriação do território, assim como evidenciariam processos de expropriação por parte do Estado e grandes corporações, de maneira a lançar luz sobre as relações de poder do Estado, conglomerados globais e grupos nacionais relacionados à energia elétrica e construção civil nos espaços subnacionais.

As lutas dos atingidos por barragens, antes restritas à reação local diante da chegada de novos projetos, passam a se organizar nacional e internacionalmente, com o intuito de questionar os rebatimentos locais e regionais das hidrelétricas e seu vínculo com um padrão de desenvolvimento concentrado e desigual, provocando, por parte dos sujeitos contra-hegemônicos, reações e pressões contra o planejamento setorial, crescentemente questionado a partir da década de 1980, com a redemocratização e a emergência das questões ambientais no âmbito internacional<sup>57</sup>.

À medida que as populações atingidas articulam, em âmbito nacional e internacional, suas experiências e perdas e unificam suas lutas, o que resultou no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, no início da década de 1990, tornam-se capazes de superar lutas localizadas e específicas e passam a disputar e enfrentar a política energética levada a cabo por diversos países e conglomerados internacionais<sup>58</sup>. O histórico de luta do MAB é sintetizado pelos lemas enunciados pelo movimento: “Águas para a Vida e não para a Morte” e “Água e Energia não são Mercadoria”, de modo a revelarem a luta por um projeto popular, público e democrático para o setor elétrico.

A luta internacional ganha expressão a partir do 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, ocorrido em 1997 na cidade de Curitiba, no Brasil, e contou com a participação de 20 países da Ásia, América, África e Europa. Na ocasião foram compartilhadas experiências de lutas e conquistas e discutidas políticas energéticas e estratégias de luta contra as barragens em escala internacional, assim como formas de defesa dos direitos dos atingidos. Como resultado, foi firmada a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta contra as Barragens<sup>59</sup>. A articulação internacional dos atingidos por barragens resultou, ainda em 1997, na criação na Suíça, da Comissão Mundial de Barragens, ligada ao Banco Mundial, que conta com

---

57 Vainer e Araújo, 1992; Vainer, 2003.

58 Araújo, 1991; Vainer, 2004.

59 Movimento de Atingidos por Barragens, 2018.

a participação de ONGs, movimentos de atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A finalidade da comissão foi levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em nível internacional. Tais estratégias exemplificam as lutas em múltiplas escalas por parte dos grupos contra-hegemônicos, exemplificando o “salto escalar”<sup>60</sup> necessário frente a dinâmica homogeneizante do capital sobre os espaços<sup>61</sup>. Se o capital atua em múltiplas escalas, cabe aos grupos contestatórios saltar escalas como forma de legitimação e visibilidade de suas lutas.

O Estado, por sua vez, responderia aos questionamentos e conflitos oriundos do planejamento e ação setorial, buscando evocar a escala regional dos projetos e a potencialidade dos mesmos em promoverem o desenvolvimento dos territórios em que se inserem. Tal proposta deriva da própria maneira como a Eletrobrás, hegemônica na enunciação do planejamento setorial entre 1960 e 1980, encararia os conflitos: decorrentes da não-coincidência espacial entre as regiões, a que assume a maior parte dos custos associados às transformações territoriais – a região receptora do projeto; e a que usufrui dos benefícios da produção de energia – os centros urbano-industriais, consumidores de energia<sup>62</sup>.

Para o enfrentamento desses conflitos, buscou-se promover a inserção regional dos projetos através da incorporação, durante a fase de planejamento, de um conjunto de princípios, estratégias e ações cujos objetivos seriam minimizar custos, ampliar benefícios e criar e manter as oportunidades de desenvolvimento no âmbito regional. Tal ação-intervenção teria um caráter político, ao buscar mediar conflitos e conciliar interesses entre o grande projeto nacional e o desenvolvimento regional, supostamente mais próximos dos interesses sociais, em especial daqueles territórios receptores dos projetos<sup>63</sup>. Por esse aspecto, não se trataria de questionar a dinâmica setorial, os interesses a que ela responde ou mesmo o padrão de desenvolvimento brasileiro que demandaria a expansão setorial. Bastaria apenas conciliar o interesse geral da nação – industrializar-se e modernizar-se – ao interesse da região receptora dos projetos, interesse esse enunciado pelos projetistas e restrito aos processos de remanejamento e compensação por serviços públicos não prestados anteriormente à existência do projeto hidrelétrico, o que supostamente contribuiria para a legitimação e aprovação do mesmo por parte dos atingidos<sup>64</sup>.

Com a retomada da expansão setorial nos anos 2000, o marco regulatório de 2004 e a implementação do PAC, em 2007, os projetos irão se concentrar sobretudo no Centro-Oeste e na região Norte, como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Peixe Angical, entre outros), o que implica conflitos com populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, bem como concorre com atividades relacionadas ao garimpo,

---

60 Swyngedouw, 2004.

61 Brandão, 2007.

62 Vainer e Araújo, 1992.

63 Lemos, 1999; Werner, 2011.

64 Werner, 2011.

mineração, agricultura e dinâmicas urbanas consolidadas na região<sup>65</sup>. Como consequência, a apropriação dos territórios em favor dos projetos se legitima pelo acionamento da escala nacional como justificativa, com rebatimentos internacionais: crescimento econômico, geração de emprego, superávit em balança de pagamentos e atração de investimentos externos.

A resposta por parte dos planejadores é o recrudescimento da lógica compensatória: políticas mitigadoras que visam promover o “desenvolvimento regional sustentável”, de maneira que a adesão ao planejamento setorial propiciaria à região o recebimento de investimentos que não ocorreriam sem o recebimento do grande projeto. Além disso, enfatizariam a contribuição da região aos interesses nacionais. O aumento da competitividade da economia brasileira nos mercados globais a partir da expansão energética, por sua vez, revela o acionamento da escala internacional como fonte de legitimação: a posição do país na divisão internacional do trabalho enquanto exportador de produtos primário-exportadores passa a justificar a necessidade de se intensificar a exploração de recursos hídricos para fins energéticos<sup>66</sup>.

A escala global legitima ainda o planejamento setorial por outra perspectiva: o caráter limpo e renovável atribuído a essa fonte, o que confere à matriz energética brasileira a alcunha de sustentável, proporcionando ao país reconhecimento internacional quanto aos esforços para enfrentar os objetivos enunciados internacionalmente no que se refere às mudanças climáticas. Somam-se às hidrelétricas no esforço ambiental os investimentos que buscam a diversificação da matriz energética brasileira, em direção às eólicas, solares e pequenas centrais hidrelétricas, conforme se verificou entre 2004 e 2016.

Com o governo Temer (2016-2018), a narrativa da ineficiência, incompetência e incapacidade financeira do Estado Nacional viriam a justificar a imposição de novas reformas privatizantes e a abertura do país ao capital estrangeiro na aquisição de plantas já instaladas. Nesse processo, ganha relevância outro Estado Nacional – a China. A crise política e a solução fiscal que tem dominado o debate e justificado a redução das atividades econômicas estatais legitimam tais narrativas e promovem a abertura de espaços de acumulação para capitais forâneos, o que têm promovido a reconfiguração setorial, com destaque para a privatização e desnacionalização do setor elétrico brasileiro.

Por parte dos sujeitos contra-hegemônicos, como MAB, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) e parlamentares, entre outros grupos que se colocam em oposição ao projeto privatizante e desnacionalizante por parte do governo federal, tal processo é combatido pela narrativa da soberania nacional, da necessidade de se controlar os recursos estratégicos como forma de promover o desenvolvimento nacional e pela defesa das condições territoriais nas regiões em que se instalam os projetos<sup>67</sup>. Portanto, tem-se que as lutas tensionam no sentido de privilegiar o local,

65 Silva, 2015; Borges, 2017; Nascimento, 2017.

66 Werner, 2016.

67 Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia, 2018.

o regional e nacional popular, em oposição ao grande capital nacional e internacional que subordinam o Estado brasileiro.

Verifica-se, portanto, que as escalas espaciais se apresentam como categoria analítica privilegiada para se compreender a dinâmica do setor elétrico brasileiro, a forma como cada projeto hidrelétrico se articula em múltiplas escalas, por meio dos distintos sujeitos que dominam, disputam e constroem o território no âmbito deste setor: sejam Estado e empresas, sejam sujeitos contra-hegemônicos, que questionam e impõem constrangimentos ao planejamento setorial, de maneira a revelar a tensão sobre formas de dominação postas e a propor novas ações e escalas de ação.

### Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi promover a aproximação do referencial teórico das escalas espaciais à dinâmica do setor elétrico brasileiro, com destaque para os determinantes nacionais e internacionais da expansão setorial por meio de grandes projetos hidrelétricos, o que revela o caráter multiescalar das decisões de investimento neste setor. Argumenta-se que o recorte escalar se apresenta como instrumento analítico e político privilegiado para se compreender as relações sociais, econômicas e de poder no território, ao passo que revela interesses e estratégias estruturais e conjunturais do ambiente construído pelos agentes, aspectos tratados na primeira seção.

A trajetória setorial, apresentada na segunda seção, revela a escala privilegiada que legitima as decisões setoriais em cada momento do desenvolvimento econômico brasileiro. Destacam-se as mudanças regulatórias e institucionais ocorridas a partir dos anos de 1930 no setor elétrico brasileiro, em contraposição ao período anterior de predomínio de empresas estrangeiras – *Light e Amforp* –, e vinculado à dinâmica de acumulação dos capitalismo centrais. Entre as décadas de 1930 e 1980, o setor elétrico orientou-se pelos auspícios do processo de industrialização, quando a escala nacional foi tomada como legitimadora das ações setoriais de regulação, financiamento e investimento. Coube ao Estado nacional reorganizar o setor elétrico brasileiro em função do projeto nacional-desenvolvimentista cujo objetivo era o processo de industrialização.

A partir da década de 1990, na busca por adequá-lo aos determinantes da neoliberalização, o Estado brasileiro, orientado pelos ajustes estruturais impostos por instituições multilaterais, promove as reformas setoriais, com destaque para as privatizações, concessões e desnacionalização setorial. A análise dos anos 2000, com ênfase na reforma setorial de 2004 e na lei de Parcerias Público-Privadas, elucida que por meio de sucessivas rodadas regulatórias o processo de neoliberalização iniciado na década anterior não foi interrompido. Ainda que o processo de privatização não tenha avançado na área de geração entre 1990-2015, como ocorreu com a distribuição ao longo dos anos noventa, intensificaram-se na atividade geradora as parcerias público-privadas por meio de modelos de negócio que forjam a ação privada em detrimento da empresa pública, como se verifica com as sociedades de propósito



específico (SPE) e a crescente desnacionalização setorial<sup>68</sup>. Com a mudança no poder executivo federal por meio do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) em 2016, é retomada pelas agendas estaduais e federal a privatização de usinas e empresas de energia elétrica, ganhando relevância a venda para empresas estrangeiras, com ênfase no capital chinês.

A terceira seção evidencia como as narrativas escalares no âmbito do setor elétrico brasileiro são construídas conforme os sujeitos, os interesses, as disputas e os projetos que se quer legitimar, o que revela o caráter político e socialmente construído das escalas espaciais no âmbito dos processos desencadeados no setor elétrico brasileiro. Nesse sentido, evidenciam-se as diferentes formas sob as quais as escalas espaciais foram evocadas pelos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos com o objetivo de disputar, legitimar e forjar interesses que permeiam o planejamento setorial e a apropriação dos territórios.

Verifica-se que as determinações setoriais implicam múltiplas escalas, desde a oferta de recursos hídricos e as transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais, etc., oriundas da instalação dos projetos até os ditames nacionais e internacionais derivados do padrão de acumulação vigente que levam à decisão dos investimentos, com destaque para a inserção internacional do país aos mercados globais e os interesses de capitais externos na busca por espaços de acumulação produtiva e financeira. Por esse aspecto, o referencial das escalas revela tanto os determinantes das decisões setoriais a luz do padrão de acumulação, bem como permite compreender a atuação de sujeitos dominantes e contra-hegemônicos, que constroem suas narrativas escalares como forma de disputar, legitimar, forjar, contrapor e tensionar interesses e intenções em torno do planejamento e da política setorial de energia elétrica no Brasil.

## Bibliografia

- ACSERALD, Henry; ALMEIDA, Alfredo Wagner de; BERMAN, Célio; BRANDÃO, Carlos Antônio. *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?, e-cadernos ces [Online], 17 | 2012. Disponível em < <https://journals.openedition.org/eces/1138> > [20 de julho de 2013].
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Entre a “proteção” e o “protecionismo”. In: *Le Diplomatie Brasil*. Ano 5/número 58, maio de 2012.
- AMARAL FILHO, José Bonifácio de. *A Reforma do setor elétrico brasileiro e a questão da modicidade tarifária*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285825> > [20 de junho de 2010].
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de.. Modernização e Conflito No Brasil Contemporâneo. In: IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991. *Anais do IV Encontro*

---

68 Werner, 2016.

- Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*. Salvador. v. 1. : 221-227.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. et al. *Investimento e reformas no Brasil. Indústria e infraestrutura nos anos 1990*. Brasília: IPEA/CEPAL. 2002.
- BORGES, Luciana Riça Mourão. *Políticas Territoriais e o setor elétrico no Brasil: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônica pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014* [on line]. Tese de doutorado em Geografia Humana orientada por Neli Aparecida de Melo-Théry. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17092018-135758/pt-br.php> [24 de setembro de 2018].
- BRAGA, José Carlos. Financeirização global: o novo padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, J.L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 1. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007. v. 1. p. 157.
- BRANDÃO, Carlos Antônio (a). Producción social del ambiente construído y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, Victor Ramiro y BRANDÃO, Carlos Antônio. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para a América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010. p.241-272.
- BRANDÃO, Carlos Antônio (b). Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.). *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil. *E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, p. 6-14, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Antônio (a). Modelos de Desenvolvimento e Escalas Espaciais. Notas de aula proferida na Escola de Administração Pública da Universidade Federal da Bahia em 23 de novembro de 2017. Mimeo.
- BRANDÃO, Carlos Antônio (b). Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 45-69, jan/abr 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n38/2236-9996-cm-19-38-0045.pdf>> [08 de novembro de 2018].
- CACHAPUZ, Paulo de Barros, et al. N. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil* Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.
- CANO, Wilson. Soberania e Política Econômica na América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

- D'ARAÚJO, R. P. *O Setor Elétrico Brasileiro – uma aventura mercantil*. Brasília: Confea, 2009.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. v. 2.
- FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos Antônio. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para a América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010.
- FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desarrollo regional bajo transformaciones trans-escalares. Por qué y cómo recuperar la escala nacional?. In: FERNÁNDEZ, Victor Ramiro y BRANDÃO, Carlos Antônio. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para a América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010. p.241-272.
- FERREIRA, Angela Lúcia; Silca, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Simonini, Yuri. Poder, Capital e Energia: A American and Foreign Power Co. e o nacionalismo latino-americano dos anos 1940 a 1960. In: *La electrificación y el territorio. Historia y futuro*. Cuarto Simposio Internacional de la Historia de la electrificación. 08 a 12 de maio de 2017, Barcelona. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/Electr-y-territorio/FerreiraSilva.pdf> > [09 de fevereiro de 2019]
- FRANÇA. Cássio Luiz de. Energia: Responsabilidade Compartilhada. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 04 de março de 2008. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=130&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>> [27 de outubro de 2010].
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1958.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- LEMOS, Chélen Fisher de. *Audiências Públicas, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé*. Dissertação de Mestrado orientada por Carlos Bernardo Vainer. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999, p. 296. Dissertação/Mestrado – IPPUR/UFRJ.
- LEMOS, Chélen Fisher de. O processo sociotécnico de eletrificação da Amazônia: articulações e contradições entre o Estado, capital e território (1890 a 1990). Tese de doutorado orientada por Carlos Bernardo Vainer. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 342.
- MASSEY, Doreen. In what sense a regional problem? (1978), *Regional Studies*, 13:2, 233-243, DOI: 10.1080/09595237900185191 Published online: 03 Feb 2007. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09595237900185191> [18 de julho de 2018].
- MELLO, Henrique. Evolução Histórica. In: Carlos Lessa. *O Brasil à luz do apagão*. Rio de Janeiro, Palavra&Imagem, 2001. p. 227-264.
- MIELNIK, Otávio; NEVES, Cíntia Costa. Característica da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: Sigaud, Lígia; Piguelli Rosa, Luis; Mielnik,

- O. (org.). In: *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Histórico do MAB. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos> [10 de dezembro de 2018].
- NASCIMENTO, Alexandre Sabino. Usinas hidroelétricas em tempos de crise do capital: Belo Monte, entre o mito da necessidade constante de energia e a produção de capital fixo em larga escala como um grande negócio no setor elétrico do Brasil. In: *La electrificación y el territorio. Historia y futuro*. Cuarto Simposio Internacional de la Historia de la electrificación. 08 a 12 de maio de 2017, Barcelona. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/Electr-y-territorio/AlexNascimento.pdf> > [09 de fevereiro de 2019].
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, nº 22, outubro de 1988 pp. 8-28.
- PECK, Jamie. Politic Economies of Scale. Fast Policy, Interscalar Relations and Neoliberal Workfare. *Economic Geography*, vol. 78, nº 3, julho, pp. 331-360.
- PAULANI, Leda. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36, no 3 (144), pp. 514535, julho/setembro/2016.
- PINTO, Anibal (1970) Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, 2000.
- PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DE ÁGUA E ENERGIA. Compromisso com o povo brasileiro para soberania energética, Brasil, Agosto de 2018. Disponível em [http://www.fnucut.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Compromissos-Plataforma-Geral\\_web.pdf](http://www.fnucut.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Compromissos-Plataforma-Geral_web.pdf) [18 de setembro de 2018].
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Ed. Compus, 2ª Edição, 2000.
- RICHTER, André. Alexandre de Moraes libera MP que permite privatização da Eletrobrás. *Empresa Brasileira de Comunicação*, 02/02/2018. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-02/alexandre-de-moraes-libera-mp-que-permite-privatizacao-da-eletobras> > [02 de fevereiro de 2018].
- ROSA, Luís Pinguelli. A crise energética: causas e medidas de mitigação. In: BRANCO, A.M. (org.). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SAUER, Ildo. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor elétrico, questões e alternativas. In: BRANCO, A.M. (org.). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo. Paz e Terra, 2002.
- SILVA, Alexandra Martins. *Megaprojetos, conflitos e processo decisório - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte*. Tese de doutorado orientada por João Arriscado Nunes, co-orientada pelo Professor Doutor Carlos Vainer Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 341

- SILVA, Marcelo Squinca da. Energia Elétrica e Industrialização: expansão do parque energético de Minas Gerais nos anos 1950. In: Atas II Simpósio Internacional Eletrificação E Modernização Social. A expansão da energia elétrica para a periferia do capitalismo. Universidade de São Paulo, 27-29 de mayo de 2013. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/IISimp-Eletr-SaoPaulo/MarceloSquinca.pdf> [10 de fevereiro de 2019]
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1988.
- SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global Nor Local: 'Glocalization' and the Politics of Scale. In: Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local. New York/ London: Guilford/Longman; 1997. p. 137-166.
- SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or Glocalisation? Networks, Territories and Rescaling. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 17. Number 1, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 7ª Edição.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TOLMASQUIM, Maurício. .As origens da crise energética brasileira. *Ambiente & sociedade*, Jan./June 2000, no.6-7, :179-183. X. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20435.pdf>> [15 de julho de 2008].
- VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte: Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.S.. (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, v. 1, : 185-216.
- VAINER, Carlos Bernardo. Lugar, Região, Nação, Mundo: explorações históricas do debate. *Revista Brasileira de Estudos Regionais*, v.8, n°2, novembro de 2006.
- VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, maio de 2007.
- VENTURA, Manoel. Novo Ministro de Minas e Energia promete avançar em privatização da Eletrobras. *O Globo*, 02/01/2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/novo-ministro-de-minas-energia-promete-avancar-em-privatizacao-da-eletobras-23340500> [04 de janeiro de 2019].
- VIEIRA, José. Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- WERNER, Deborah. *Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira*. Dissertação de Mestrado orientada por Humberto Miranda do Nascimento. Campinas, 2011, p. 223. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286014/1/Werner\\_Deborah\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286014/1/Werner_Deborah_M.pdf) [20 de outubro de 2011].

WERNER, Deborah. *Estado, capitais privados e territórios no processo de reconfiguração do setor elétrico brasileiro pós-1990*. 2016. 440 f. Tese doutoral orientada por Carlos Bernardo Vainer. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. 434 p. Disponível em <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/858646.pdf>> [10 de outubro de 2016].

© Copyright: Deborah Werner, 2019

© Copyright: Biblio3W, 2019.

Ficha bibliográfica:

WERNER, Deborah. As reformas neoliberais do setor elétrico brasileiro à luz do referencial teórico das escalas espaciais. *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de marzo de 2019, vol. XXIV, nº 1.265. [ISSN: 1138-9796]